

O coletivo de brasileiro

Marcelo Neri

A vida de cada brasileiro vai melhor do que a do coletivo de brasileiros (leia-se do Brasil). Esta é a impressão tirada da leitura do Gallup World Poll. Na pergunta subjetiva sobre a expectativa da satisfação de vida de cada pessoa em cinco anos, numa escala de 0 a 10 a média brasileira é 8,78, a maior de 132 países. Já a pergunta que se refere à nota do País no mesmo período e na mesma escala, a nota cai dois pontos. Somos o nono do mundo com maior diferença de notas individuais e coletivas. A felicidade geral da nação é menor que a soma da felicidade de cada um. Como o brasileiro pode dar uma nota tão alta para sua vida e dar uma nota tão baixa para a vida de todos? Eis a questão.

A dissonância entre as percepções de cada brasileiro sobre sua vida e a respeito de todos os seus compatriotas é uma marca tupiniquim, a nossa jabuticabeira. Talvez fruto destas compreensões, os grandes problemas nacionais sejam de natureza coletiva, jamais individual. Não que os últimos deixam de ser problemas aqui relevantes, pois em todas as partes sempre o

são. Porém a nossa dificuldade diferenciada enquanto nação, vis-à-vis as demais, está mais na relação entre pessoas. Isto é, o problema do Brasil é mais do Brasil do que de cada brasileiro. Na verdade, este poderia ser enunciado alternativo da famosa lei de Gerson: “o brasileiro quer tirar vantagem em tudo”.

Nódoas

Problemas coletivos tupiniquins são concretamente desigualdade, inflação, informalidade, violência, falta de democracia entre outros. Mas por que chamá-los de problemas coletivos? Por exemplo, desigualdade ao contrário da pobreza é um conceito relacional que não existe no indivíduo tomado isoladamente. Não podemos dizer que uma pessoa é desigual, mas dizemos que uma pessoa é, ou não é, pobre. O Brasil não é um país pobre, mas temos muitos pobres, pois somos desiguais onde muitos têm pouco enquanto poucos muito têm. A pobreza brasileira resulta da alta desigualdade e não da baixa renda média. Ou seja, deriva de um problema inerente ao coletivo de brasileiro.

Similarmente, a violência é de natureza relacional, um contra todos e de todos contra um. Isto se aplica tanto na agressão dos assaltos, dos homicídios como na violência do trânsito. Mais uma vez, refletem problemas de relacionamento entre brasileiros. E o suicídio não é violência? Suicídio é uma autoviolência da pessoa contra ela mesma, mas a nossa taxa de suicídio é relativamente baixa, comparada a outros países “mais civilizados” como Suécia e Japão. Ou seja, o problema da violência aqui é aquela dirigida a coletividade.

A informalidade é outro problema de relacionamento de pessoas físicas e jurídicas em relação ao Estado. Problemas coletivos materializados na evasão fiscal ou na ocupação do espaço público que a princípio deveria ser de todos. A falta de instituições e práticas democráticas é outra dimensão mais óbvia desta dificuldade de funcionamento em coletividade. Finalmente, a inflação, um destaque maior, apesar de termos feito a estabilização há 15 anos, o Brasil no período 1970 a 2008 é o segundo país do mundo em inflação acumulada, só perde-

mos para o Congo (vide mapa). O fenômeno da inflação guarda sempre conflitos distributivos seja na disputa entre Estado e a população em geral, na busca do imposto inflacionário encerrada na visão monetarista do fenômeno, seja na visão mais estruturalista de agricultura *versus* indústria ou do velho capital *versus* trabalho. A disputa entre diferentes atores por parcelas no bolo de renda traduzidas em reajustes dos respectivos preços, salários, câmbio, impostos e tarifas públicas geraria a chamada irracionalidade coletiva.

Saltos

As externalidades negativas emanadas pelo oportunismo emanadas pelo oportunismo individualista faz com que o

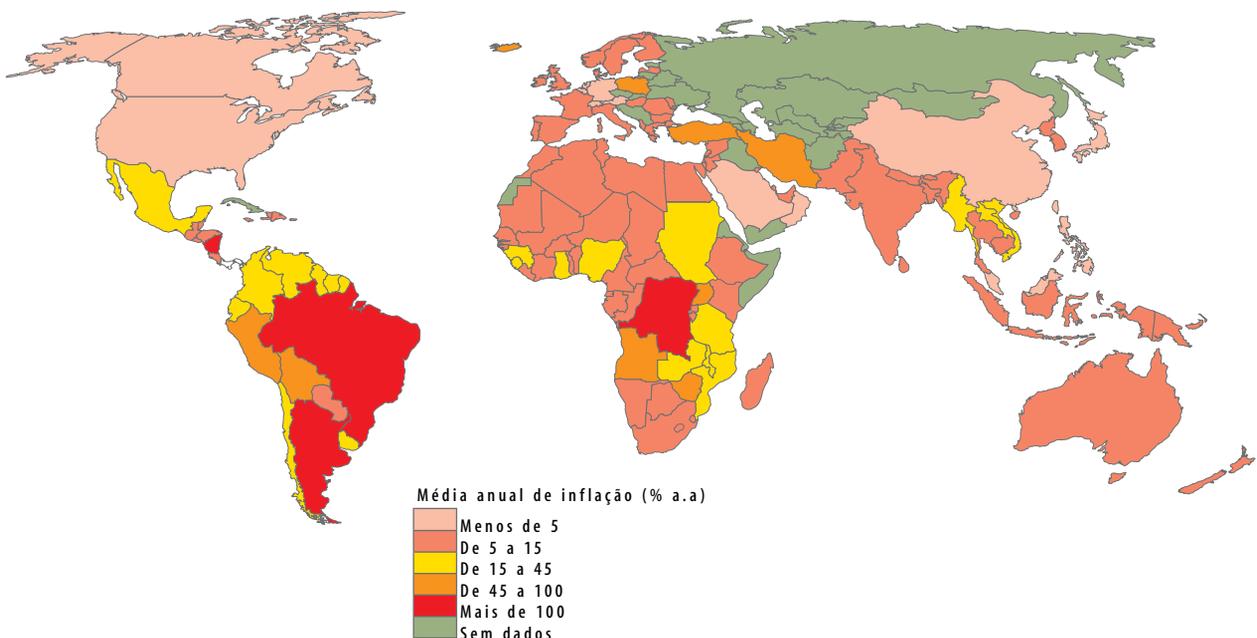
todo seja menor que a soma das partes. Este fenômeno é objeto de vários clássicos brasileiros como os de Sérgio Buarque de Holanda, Roberto da Matta, para citar somente alguns. Agora, a novidade das últimas três décadas chamadas por muitos de perdidas, é que pudemos, através da melhora de relacionamentos, dar saltos enquanto sociedade. Senão vejamos. As décadas de 1960 e 1970 foram do crescimento chamado de “milagre econômico” como da ditadura iniciada em 1964. Não por coincidência, quando o crescimento começou a escassear devido ao choque do petróleo, observamos o começo da distensão política iniciada após a vitória eleitoral da oposição, em 1974.

O processo culmina nos

A felicidade geral da nação é de 6,84, inferior a da esperada por cada um, 8,78. O problema é mais do Brasil do que do brasileiro

anos 1980, a década da redemocratização, cujo ápice foi o movimento “Diretas Já”, em

Taxa média de inflação – preços ao consumidor (1970-2008)



Historicamente, os maiores problemas brasileiros foram de caráter coletivo, como a inflação, a informalidade e a iniquidade

1984. Terminamos o decênio 1980 com eleição direta para presidente, mas também com os nossos recordes históricos de desigualdade e inflação que marcariam a agenda das décadas seguintes. Os anos 1990 podem ser chamados da estabilização após o Plano Real, em 1994. Já aos de 2000 cabe identificá-lo como o da queda da desigualdade de renda já a partir de 2001. Em 2004, a redução de desigualdade vem acompanhada da volta do crescimento da economia e da aceleração de novos empregos com carteira. Ou seja, tivemos conquistas em dois de nossos históricos problemas coletivos, desigualdade e informalidade. Ao mesmo tempo consolidamos as frentes da redemocratização e da estabilidade econômica.

Depois das turbulências financeiras associadas ao pleito de 2002, a estabilidade econômica valeu como uma espécie de segundo Plano Real.

Coincidentemente os pontos de transição de cada década estavam em anos terminados em “quatro”: o Golpe (1964), a distensão política (a partir de 1974), o “Diretas Já” (1984) e o Plano Real (1994) e a queda da desigualdade com formalização (desde 2004) continuam depois da crise. A volta do crescimento desde 2004 torna o processo redistributivo num jogo de somas positivas — o ganho de maiores fatias do bolo dos mais pobres não implica em perdas absolutas dos mais ricos. Fica mais fácil pensar em prol da coletividade quando perdas não estão sendo repartidas. Todas estas conquistas coletivas mais do que consolidadas parecem estar em movimento para frente, independentemente de quem comande o Brasil, pois o estoque de problemas associados, e a possibilidade de avanço, é ainda muito grande. Que novo avanço buscar para 2014 para além da Copa do Mundo de futebol, o nosso derradeiro evento coletivo? Esta é a pergunta de 133 milhões de eleitores.

BRICs

Devido à combinação de alto crescimento com queda da desigualdade no período 2003/08, o número de brasileiros que

vivem na pobreza caiu 43%, com 19 milhões de pessoas saindo da pobreza e outros 32 milhões ingressando nas fileiras das classes ABC, aí incluindo a chamada nova classe média. Se extrapolarmos estas tendências de crescimento e desigualdade até 2014, a pobreza possivelmente vai cair mais 50,3%, atingindo a primeira Meta do Milênio da ONU, só que cinco vezes mais rápido do que o esperado. Um adicional de 14,5 milhões de brasileiros pobres escapariam da pobreza e 36 milhões chegariam às classes ABC. Isso significa que, nos 11 anos anteriores à Copa do Mundo de 2014, mais de uma população total da França seria incorporada às classes ABC.

Em 2010, o Brasil está, como se diz na gíria, “bombando”. No primeiro trimestre de 2010, o crescimento do PIB *per capita* atingiu 8% em relação a igual período de 2009, ou 10,6% em relação ao último trimestre de 2009. Embora ganhando impulso, aproximando-se do crescimento da China e já passando a Índia, provavelmente devido à proximidade das eleições. Ou seja, provavelmente não passaria no antidoping.

A economia brasileira vem crescendo bem desde o fim da recessão de 2003. Deste ano a 2008, a taxa de crescimento do PIB *per capita* foi, em média, de 3,8% ao ano, sendo superada em 1,5 pontos percentuais ao ano pela renda calculada dire-

tamente a partir das pesquisas domiciliares nacionais como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a perspectiva aqui seguida. Na China e na Índia ocorreu o oposto, o PIB cresceu mais do que a das pesquisas domiciliares.

De qualquer forma, as taxas de crescimento do Brasil ainda estão aquém das de outros BRICs, especialmente a China. No entanto, a qualidade do crescimento brasileiro é indiscutivelmente melhor do que a chinesa em vários aspectos: melhor tratamento do meio ambiente e do trabalho juntamente com a igualdade crescente. Até 2008 a renda real *per capita* dos 10% mais ricos cresceu 11,2% e a dos 10% mais pobres 72%. Nesses outros BRICs, a desigualdade, embora mais baixa, sobe tal como o Brasil na época do “milagre econômico”. Portanto, o tamanho da goleada sofrida depende do tipo de placar.

Biggs

O Brasil é uma democracia que aprendeu de maneira dura como é difícil promover uma boa política dentro do funcionamento do nosso bagunçado sistema. O País ainda enfrenta muitos obstáculos, incluindo um ensino fraco, baixas taxas de poupança e um emaranhado de obstáculos regulatórios. Mas para as perspectivas de crescimento futuro, o que importa

não é o nível absoluto desses fatores, mas como eles evoluem no tempo. O Brasil pode avançar verticalmente se escolher os caminhos certos em direção a sua fronteira de possibilidades.

A cada quatro anos o Brasil promove eleições presidenciais logo após a Copa do Mundo. Então, agora, é a hora de escolher políticos e políticas. Meu time favorito de políticas é: Goleiro — Reservas Internacionais; Defesa — metas de inflação, taxas de câmbio flexíveis, Regulação Financeira e Responsabilidade Fiscal. Meio-campo — Metas de Educação, acesso dos produtores pobres aos mercados, Tecnologia da Terra e da Agricultura; Outros Recursos Naturais. Ataque — Bolsa Família e a Nova Classe Média, o nosso Pelé. Após décadas de instabilidade, batendo a nossa maior rival Argentina no jogo de hiperinflação, o Brasil aprendeu que a política macroeconômica é a defesa e que a política social é a chave para alcançar os objetivos finais da sociedade, se eles estiverem conectados por um meio-campo de bons programas e recursos. Historicamente, os maiores problemas brasileiros foram de caráter coletivo, como a inflação, a informalidade e a iniquidade, que não estão mais dentro. Se o Brasil combinar o seu talento natural com espírito de equipe, as conquistas econômicas e sociais futuras espelharão a glória do nosso futebol.

Os problemas coletivos tupiniquins são concretamente desigualdade, inflação, informalidade, violência, falta de democracia

No jogo da economia, o grupo BRICs de países emergentes tem ganhado de goleada do time dos PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha [Spain]) que estão quebrados e sem banco de reservas (literalmente). Falo de crescimento, obviamente eles são e ainda serão mais ricos que nós na foto ainda por algum tempo. Agora na comparação futebolística, mesmo depois da África do Sul, os nossos hermanos emergentes espanhóis que me perdoem, mas o verdadeiro G3 do futebol mundial com 12 das 19 copas disputadas são o que eu chamo aqui de “BIGs”, Brasil, Itália e Alemanha (Germany), nessa ordem. 

Marcelo Neri – Centro de Políticas Sociais e Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV (mcneri@fgv.br)